



Revista Historiar

ISSN: 2176-3267

Vol. 13 | Nº. 24 | Jan./Jun. de 2021

Adauto Neto Fonseca Duque

Universidade Estadual do Piauí / UESPI
adautoneto@pcs.uespi.br

Maria Alveni Barros Vieira

Universidade Federal do Piauí (UFPI)
mariaalvenibarrosvieira@ufpi.edu.br

QUILOMBOLAS NAS NARRATIVAS DO GOVERNO DO PIAUÍ.

RESUMO

O artigo apresenta narrativas sobre projetos de desenvolvimento fomentadas pelo governo do Piauí em quilombos e divulgadas em reportagens no site oficial do Estado. As reportagens são fontes para entender as ações e o modo como os moradores de comunidades negras rurais perceberam e receberam a presença do Governo no ordenamento do seu espaço de vivência e trabalho.

Palavras-chave: Semiárido. Políticas públicas. Desenvolvimento.

QUILOMBOS IN THE NARRATIVES OF THE PIAUÍ GOVERNMENT.

ABSTRACT

The article presents narratives about development projects in quilombos promoted by the government of Piauí and disseminated in reports on the state's official website. Reports are sources to understand the actions and how residents of black agricultural communities perceived the government's presence in planning their living and working space.

Keywords: Semi-arid. Public policy. Development.

Introdução

O estudo do tempo presente proporciona recortes temáticos diversos e análise de documentos que são problematizados para atender demandas no campo das identidades, memórias, tradição e cultura entre grupos com trajetórias históricas em construção. Historicizar a presença de grupos étnicos no cenário contemporâneo brasileiro é dar atenção e visibilidade para comunidades como os quilombos no Vale do rio Guaribas. Nos últimos 20 anos, essa região do Centro-sul piauiense, formada por 23 municípios que fazem parte do denominado semiárido, passa por intensas transformações políticas, econômicas e culturais. Entre os municípios, Picos, conhecido como pólo produtor de mel e cuja sede é denominada Cidade Modelo, desponta como centro urbano e abriga *Campus* da Universidade Estadual do Piauí, *Campus* da Universidade Federal do Piauí e *Campus* do Instituto Federal do Piauí. Além das instituições públicas há também uma Faculdade Privada e outras em modalidade de Educação a Distância (EAD). A região, além de pólo comercial abriga o entroncamento rodoviário que interliga Piauí, Ceará, Maranhão, Pernambuco e Bahia. As intempéries climáticas do semiárido não impedem que nesse território haja significativa produção agropecuária. Quanto a questão social se constata a ascensão de grupos étnicos que buscam interlocução com os agentes do Estado e apresentam demandas por políticas públicas na área da saúde, educação e direitos de propriedade das terras ocupadas.

O território do estado do Piauí compreende 224 municípios dos quais 149 estão no semiárido. É um território carente em estudos quanto a sua formação étnico-cultural, as identidades sociais, a valorização da história e das memórias dos seus moradores. São grupos diversos em trabalho, trajetórias históricas e marcados pelo costume e tradições repassadas sob o viés da ancestralidade. Nesse contexto, verificamos as comunidades negras Tronco-Custaneira, Potes, Angical, Alegre, Mutamba, Saco da Várzea, Atrás da Serra, Cana Brava dos Amaros, entre outras. Esses grupos de sertanejos, entendido aqui como o vaqueiro, o agricultor, o morador do sertão, vivenciam sua existência formatando estratégias para permanecer na terra dos seus antepassados, sendo, hoje, espaço de suas atividades produtivas, culturais e balizadas pela ancestralidade. Nessa formação social se estabelece a demarcação de territorialidade baseada na oralidade e na memória que fundamenta a identidade de negros descendentes do processo escravista no Nordeste. Na atualidade, a luta por protagonismo se concretiza em grupos com peculiaridades étnico culturais a autodenominação como quilombolas e/ou moradores de comunidades negras rurais

quilombolas. Fato que justifica, por exemplo, a reivindicação de terras com base na Constituição Brasileira.

Garantias constitucionais e governo com pautas sociais ampliam as expectativas quilombolas na concretização do art. 68 ADCT.

A luta dos quilombos para acessar políticas públicas e garantir direitos demarca a trajetória histórica dos negros em espaços urbanos e rurais. A Constituição Federal, promulgada em 1988, no Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), garante aos quilombolas a posse legítima das terras ocupadas e assegura como dever do Estado emitir os títulos definitivos de propriedade. Logo após a promulgação da Carta Constitucional a operacionalização do Art. 68 foi questionada em uma série infundável de discussões sobre: aplicabilidade jurídica do artigo; a histórica falta de empenho dos Estados para lidar com a regularização fundiária; ampliação da burocracia e; as crescentes exigências de laudos para comprovar autenticidade dos quilombos.

Essas questões tiveram como consequências os imbrólios jurídicos que atrasaram processos de regularização de terras e a primeira comunidade a ser titulada como quilombo somente vai receber o título definitivo em 20 de novembro de 1995. Esta, denominada comunidade Boa Vista, no oeste do Pará, recebeu o título de posse sete anos após a promulgação da Constituição e precisou pagar com recursos próprios a documentação exigida pelo poder público. Constitucionalmente, é dever do “Estado emitir-lhes dos títulos respectivos”, portanto, os ônus dos processos em favor dos quilombos deveriam ser de responsabilidade do Estado.

A partir do resultado positivo, no Pará, as comunidades remanescentes de quilombos criaram expectativas pela aceleração das titulações em todo o Brasil. Na realidade não se concretizaram os desejos e nem o respeito à Constituição, pois cada estado deveria criar mecanismos para começar e acelerar os processos de titulação de terras quilombolas. Em 2002, com a eleição de um presidente com base política nos movimentos sociais, as esperanças em torno dos quilombos reacenderam. As demandas por terra e políticas públicas ganharam espaço na mídia e apoio de outros grupos que também reivindicam direitos coletivos. As pautas quilombolas remontam às memórias da tragédia que são capazes de fundar identidades e são assentadas em preceitos étnicos, pois a “etnicidade é um fenômeno universalmente presente na época moderna, precisamente por tratar-se de um produto do desenvolvimento econômico, da expansão industrial capitalista e da formação e do desenvolvimento dos estados-nações”

(POUTIGNAT, STREIFF-FENART, p. 27). Para Candau (2011, p. 151) “a identidade histórica se constrói em boa parte se apoiando sobre a memória das tragédias coletivas”. Entre estas, podemos identificar a escravidão como produtora de sofrimento e relatos dolorosos. Sentimentos e sentidos fundadores de identidades de sujeitos que na contemporaneidade, de acordo com o historiador Paulo Henrique Souza Martins (2020), “ainda não tiveram um olhar atencioso por parte da ciência histórica no sentido de descobrir quais caminhos foram trilhados e possibilidades aventadas, sonhadas, postas em disputa no campo social”, assumindo a etnicidade como negros e índios.

O tempo presente, ao juntar memórias, identidades e demandas sociais coloca o passado para conviver de forma vívida com os sujeitos que sempre tiveram pautas históricas não atendidas. Nesse contexto, a posse do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, em 2003, ajustada com lançamento de programas e projetos pelo Governo Federal indicavam que os grupos étnicos seriam respeitados e ampliariam espaços para serem discutidos e concretizados direitos básicos. Entre os quilombolas, além da carência de serviços como saúde, educação e falta de respeito a sua cultura, persistia a necessidade da garantia legal de posse da terra. Os avanços foram sentidos no amadurecimento de temas como aplicabilidade do artigo 68, caracterizado como legal e aplicável junto às proposições do direito brasileiro. Houve também o fortalecimento e capacitação das lideranças quilombolas para recorrer ao poder público em busca dos direitos coletivos. Os esforços, do poder público ou conduzidos pelas próprias comunidades negras, alcançaram repercussões positivas, mas a concretização das titulações de terras ainda é uma questão em aberto.

Para os quilombos, pensar um futuro positivo significa participar do planejamento, ser ouvido e contemplados nos programas de ação social e infraestrutura executados junto as comunidades negras. Nesse contexto, em 21 de março de 2003, foi constituída a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), órgão do poder executivo que assume o combate ao racismo e a promoção da igualdade racial. Partindo de proposta construída a partir da SEPPIR o governo federal “cria em 12 de março de 2004, na comunidade remanescente de Kalunga, situada nos municípios de Cavalcanti, Teresina de Goiás e Monte Alegre, no estado de Goiás, o Programa Brasil Quilombola, como uma política de Estado para as áreas remanescentes de quilombos” (o Programa Brasil Quilombola, 2004, s/p). Em linhas gerais as funções do programa eram unificar as ações dos órgãos do Governo Federal e, efetivamente, promover o

combate as mazelas que atingiam os quilombos, incentivar o desenvolvimento sustentável, reconhecer e ampliar o protagonismo das lideranças quilombolas.

O início dos anos 2000 mostrava-se promissor para as causas quilombolas no Brasil. No Piauí o otimismo era potencializado pela eleição do Presidente Lula e do Governador Wellington Dias (2002), ambos do Partido dos Trabalhadores (PT), aliados na política, declaradamente amigos e companheiros de lutas sindicais. Esse alinhamento se reverte em projetos e recursos para dinamizar as ações do Governo Estadual, beneficiando comunidades quilombolas do semiárido. Uma primeira ação acontece em 2003 com o Projeto de Cooperação Técnica assinado entre Emater e a Organização para a alimentação e Agricultura (FAO), constituindo-se em “assessoria/assistência técnica em apoio ao desenvolvimento sustentável da agricultura familiar no contexto do semiárido no estado do Piauí-Brasil” (Projeto Emater/FAO, 2003-2004).

Na apresentação do documento o projeto é qualificado como “produto extraído de gestões político-institucionais estabelecidas entre o Governo do Estado do Piauí e o Governo Federal através do poder executivo”. O cumprimento dos objetivos estabelecidos no projeto ficou sob a responsabilidade do Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Piauí (Emater-PI).

Imprensa Oficial: narrativas de desenvolvimento sustentável no site do governo do Piauí.

Para pensar questões como a inserção do quilombo na perspectiva de políticas públicas nacionais e as narrativas do Governo do Estado do Piauí apresento como fonte matérias e/ou notícias publicadas no site oficial do Estado (2004-2005) e com circulação em formato digital. A narrativa, na especificidade do tema abordado, comporta também uma atualização para o termo versão, pois temos falas dos agentes envolvidos na elaboração, execução e recepção de programas e projetos desenvolvidos num determinado espaço e tempo.

Sobre o documento e o contexto de sua produção e análise duas questões, carregadas de complexidade metodológica, se apresentam ao trabalho do historiador. A primeira é o trabalho com a História do Tempo Presente, definida pelo historiador Henry Rousso (2009, p. 202) como “uma História (...) na qual o historiador investiga um tempo que é o seu próprio tempo com testemunhas vivas e com uma memória que pode ser a sua”. A segunda é o aprofundamento de análise em fonte jornalística, pois “entender a construção do acontecimento através da imprensa é uma maneira de esclarecer

momentos significativos de mudanças na sociedade e identificar uma situação histórica e social que deu lugar ao acontecimento” (ABREU, 1998, p. 62). Esse tempo presente, narrado nas páginas do site do governo do Piauí e tratando sobre os quilombos, demarca, através de investimentos e apoio aos projetos de moradores do semiárido, um período de mudanças nas posturas e posicionamento do Governo e da sociedade. Há uma sensação de homogeneidade na realidade quilombolas que não se verifica na prática cotidiana das comunidades.

As duas comunidades citadas são exemplos de que vivenciam processos análogos, tal como o reconhecimento como quilombo pela Fundação Cultural Palmares, em 2012, mas se distanciam em trajetórias sociopolíticas, culturais e, principalmente na questão fundiária. A partir do autorreconhecimento da Palmares a comunidade Tronco-Custaneira, além de outras iniciativas, avançou no processo de organização de atividades culturais, organizou seu banco de sementes crioulas e ampliou as discussões sobre a cultura da comunidade. Por diferentes motivos a Mutamba avança com dificuldades em processos internos e a solicitação de regularização de suas terras junto aos órgãos competentes ainda está em fase inicial. A realidade extrema de duas comunidades com trajetória histórica comum, vivenciando situações análogas e separadas, territorialmente, por 5 quilômetros justifica a necessidade de pensarmos as condições sociopolíticas que promovem avanços e retrocessos nos quilombos.

Para entender processos análogos, mas com resultados distintos selecionamos como fontes notícias veiculadas pelo Governo do Piauí. Qualifica-se a fonte selecionada como um conjunto de 6 matérias publicadas no site www.piaui.pi.gov.br, em 2004 e 2005. Nesse período o site tinha o formato de uma agenda de atividades dos órgãos do Governo do Estado e eram publicadas notícias diárias da área de educação, saúde, cultura e promovia as ações das secretarias de estado. Nesse contexto, as notícias sobre os quilombos se caracterizam como peça de divulgação dos “cursos de capacitação” promovidos pelo Governo do Piauí e executados pelo Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Piauí (Emater-PI), como assessoria técnica do projeto denominado Emater/FAO.

Todas as seis matérias são assinadas apenas por uma jornalista e são apresentadas com os seguintes títulos: Emater promove curso sobre assistência a comunidades negras - 02/12/2004; Assistência a comunidades quilombolas é ampliada - 22/04/2005; Quilombolas receberão assistência técnica - 08/07/2005; Convênio

beneficia comunidades quilombolas - 23/08/2005; Cursos capacitam quilombolas em Paulistana - 09/09/2005; Assistência a quilombolas é tema de encontro - 10/11/2005.

O primeiro elemento a ser ressaltado é o salto quantitativo em matérias referentes aos quilombos nesse espaço temporal, crescendo de 01(uma) matéria (2004), para 05 (cinco) matérias (2005). Entre outros fatores, o interesse nessas matérias e, especificamente, nos dois anos, se justifica por ter sido um período de ampliação de ações efetivas sob comando do Governo Federal e Governo Estadual na dinâmica dos quilombos em todo o Brasil.

As matérias do site do Governo do Estado entre 2004 e 2005 apresentam uma narrativa “significativa na medida em que desenha as características da experiência temporal” (RICOEUR, 2010. p. 09) inserida nos projetos direcionados aos quilombos. Quanto aos projetos e sobre execução e desdobramentos ainda podemos nos debruçar para conhecer seus impactos e/ou consequências positivas e negativas, mas também a quantidade, a qualidade e objetivos das ações implementadas pelo Governo do Piauí. Ressalta-se também que a partir de projetos executados e as capacitações citadas nas matérias, Governo e quilombolas estruturam narrativas de futuro promissor. Os agentes envolvidos no processo procuram diferentes veículos de comunicação para fazer a narração, entendida como “processo de atribuir sentido à experiência do tempo” (RÜSEN, 2016, p. 47), divulgando para a sociedade suas participações na configuração política, sociocultural e os moldes do futuro que se deseja para o Estado do Piauí. Ampliavam-se os discursos do Governo do Estado alicerçados na proposição de uma agenda de desenvolvimento econômico e sustentabilidade destacadas nas matérias, tal como é possível perceber na fala de uma agente:

De acordo com Maria de Jesus Liarte, extensionista rural II, ministrante do curso de produtos de higiene e limpeza, o projeto é importante por trabalhar o desenvolvimento da comunidade. Segundo ela, os cursos foram solicitados pela própria comunidade. "Reconhecemos o pedido da comunidade, que poderá colocar em prática o curso fabricando produtos para consumo e venda, como forma de auto-sustentabilidade", declara (DUARTE, 09/09/2005).

Trata-se de um documento oficial do Governo, formalizando uma narrativa de desenvolvimento sustentável, de acordo com a matéria, em atendimento ao que foi solicitado “pela própria comunidade”. A narrativa do Governo apresentada nos textos das matérias vem sempre acompanhada por falas de quilombolas. Estes aparecem exaltando a receptividade, o envolvimento, a participação das lideranças e demais membros das comunidades como elemento primordial para o sucesso dos projetos.

Prevalece nas seis matérias uma narrativa de que o Estado estava promovendo uma ruptura em relação a ausência de políticas públicas e que as mudanças afetariam positivamente no desenvolvimento das comunidades. Todavia, as matérias ecoam um silêncio sobre a titulação de terras quilombolas e de certa forma a narrativa do Estado traduz um silenciamento sobre as lutas por respeito e dignidade que sempre fizeram parte das reivindicações nos quilombos.

No texto das matérias palavras como expansão, trabalhar, construir, desenvolvimento e ganhar tempo transmitem a ideia de aceleração de um processo em andamento. Além disso, afirmações recorrentes enfatizam o dinâmico trabalho do Governo do Piauí, pois estava levando para um número maior de comunidades uma série de eventos, retirando os quilombolas da inércia na qual estavam inseridos. De fato, o Estado sempre esteve presente nos quilombos através de projetos aleatórios ou alheios as necessidades dos moradores. Contudo, a partir do Projeto Emater/FAO uma quebra de paradigmas foi imposta pelos quilombolas. Antes os projetos vinham do Governo do Estado para ser executado nos quilombos, mas pelas matérias analisadas se percebe a participação ativamente dos quilombolas na tomada de decisões e na condução dos novos projetos.

Ao voltarmos aos seis títulos das matérias em 4 delas aparece a palavra assistência. De acordo com o dicionário online de português, assistência é “ação de ajudar, de dar auxílio: deve-se assistência aos infelizes” (www.dicio.com.br, 2021). Há uma demonstração de que o Governo do Estado a partir daquele momento se colocava como agente ativo e disposto a colocar os variados órgãos da administração para socorrer os quilombos. Agindo no sentido de dar uma resposta diante da dinâmica sociopolítica daquele momento, a denominada assistência, vêm na forma de cursos de capacitação para a ampliação e/ou melhoramento das técnicas de produção.

Buscando informações no site do governo e pelas matérias consultadas também é possível perceber os discursos oficiais em torno dos quilombos. A visibilidade das comunidades também é uma questão interessante de ser analisada, pois em pesquisas preliminares constata-se que os quilombos não tinham espaço nos canais oficiais do Estado antes de 2004. Em 2003 havia algumas matérias, sobre quilombos, em jornais privados de circulação na capital. Essa é uma questão que pode ser aprofundada aplicando-se a metodologia da história oral a partir de entrevistas com os moradores dos quilombos e com lideranças do movimento negro. A busca da ampliação de olhares com ênfase na oralidade não se justifica apenas pela ausência de um documento escrito, mas

pela necessidade de entendermos como os envolvidos nesses processos se sentiam antes e depois de serem acionados com mais frequência para falar aos veículos de comunicação no Piauí sobre os projetos do Governo Federal e Estadual nas comunidades.

O projeto EMATER/FAO, por exemplo, no documento oficial celebrado entre os envolvidos tinha previsão de ser executado entre novembro de 2003 e dezembro de 2004. O acontecimento tinha potencial para atrair atenção da imprensa, mas de fato não é possível afirmar que teve ampla cobertura da imprensa oficial. É preciso ampliar os olhares sobre o tema, pois nesse intervalo de um ano o site consultado tem somente uma matéria com título “Emater promove curso sobre assistência do dia 02/12/2004 noticiando:

O I Curso de Formação Multidisciplinar para Técnicos e Coordenação Estadual das Comunidades Quilombolas do Estado do Piauí. O objetivo do curso é fortalecer a luta e a organização dessas comunidades, levando-as à reflexão acerca da atual situação das comunidades quilombolas do Estado (DUARTE, 02/12/2004).

A situação dos quilombos no Piauí era de total ausência do Estado, pois de acordo com o coordenador do escritório regional do Emater em Paulistana, cidade onde aconteceu o I curso de formação, “até o início desse projeto Emater/FAO não havia chegado ainda nenhuma política pública de assistência a essas comunidades” (DUARTE, 02/12/2004). A magnitude de evento é demonstrada na mobilização de agentes públicos dentro e fora do Piauí e a fala de uma participante corrobora com o relato de ausência do poder público diante da realidade vivida nos quilombos e defende o respeito a especificidade dos modos de viver e trabalhar no quilombo:

Para desenvolver as principais temáticas do curso de formação participam o representante do Incra de Brasília, Cláudio Braga, o membro do Instituto de Pesquisas sobre Africanidades, Eduardo Oliveira, a coordenadora do Programa de promoção da igualdade Gênero, Raça e Etnia do Ministério do Desenvolvimento Agrário, Renata Leite que ressaltou a importância de se reconhecer a diversidade do campo e respeitar os vários grupos, configurando a existência das comunidades quilombolas. "Isso cria oportunidades de incluir essas populações nas políticas públicas, garantindo a elas assistência técnica específica e especializada, além de respeitar a sua territorialidade e o trabalho coletivo que é produzido dentro dessas comunidades” (DUARTE, 02/12/2004).

A mobilização do Governo do Estado do Piauí em torno dos quilombos ressalta seu alinhamento com as propostas do Governo Federal, mas também atende os pressupostos do projeto Emater/FAO no qual consta:

Necessidade de atender, em caráter imediato e estratégico, as famílias das comunidades rurais difusas e as comunidades negras rurais quilombolas, quanto à falta de assessoria/assistência técnica e social contextualizadas para potencializar e ou otimizar seus projetos sócio-produtivos na perspectiva de construção de alternativas racionais para a superação de indicadores de exclusão (Projeto Emater/FAO, 2003-2004).

Para as comunidades quilombolas esse período foi produtivo e favorável para apresentar diante do poder público (Federal e Estadual) demandas suprimidas por décadas de silenciamento. Também se concretizou como um tempo de interação, troca de conhecimentos e oportunidade de ampliar os horizontes de capitação de recursos para implantação de projetos em benefício dos quilombolas. Em 2004 o projeto Emater/FAO garantiu as condições financeiras para as capacitações sobre potencial produtivo e potencial humano. Em 2005 a continuação das atividades ficou a cargo do Projeto de Assessoria Técnica e Extensão Rural às comunidades rurais negras quilombolas do Estado (ATER no quilombo) que capacitou e fomentou a elaboração de diagnósticos socioculturais e planos de desenvolvimento sustentável das comunidades atendidas pelo Emater.

Crítica sobre a fonte – a previsibilidade do dito.

A presença do Governo do Estado do Piauí, através dos seus agentes públicos na execução de atividades que objetivavam melhorar as condições de vida nos quilombos, pelo próprio ineditismo do fato, pode ser entendido como um acontecimento histórico. De acordo com Alzira Abreu (1998, p. 59) “o termo acontecimento tem vários significados e todos eles sem muita precisão. Deve-se considerar que nem todo fato, ocorrência é um acontecimento”. Ao concordar com a historiadora insiste-se no acontecimento histórico pelo entendimento de que os sujeitos promotores e participantes dos eventos citados nas matérias consultadas testemunharam rupturas com consequências até a atualidade dos quilombos no Piauí.

O fato, entendido como a elaboração e execução dos projetos somente foram possíveis porque a dinâmica do tempo histórico vivenciado foi capaz de reunir instituições e sujeitos, mantidos distantes fisicamente e entre os quais os diálogos não tinham frequência ou continuidade. Um exemplo é o Emater, que sempre manteve atividades no campo, mas fora dos quilombos ou generalizando todas as comunidades como espaços rurais. A dinâmica histórica, cultural e os modos de viver e produzir no quilombo não estavam em pauta na instituição.

A matéria – Cursos capacitam quilombolas em Paulistana – enfatiza a “troca de experiências”, está é uma afirmação é representativa das mudanças nas relações com os quilombolas:

Para Betinalva Lina, técnica do Emater que ministra cursos nas áreas da agroindústria de frutos e caju há mais de 30 anos, esses cursos são importantes principalmente porque mesclam a experiência das comunidades à tecnologia empregada pelos técnicos. "Durante os cursos, utilizamos técnicas de apresentação de trabalhos, levantamento de experiências, demonstrações práticas, repetição e avaliação, **tudo baseado nas experiências que as pessoas das comunidades carregam com elas**. É uma troca de experiências", afirma. (DUARTE, 09-09-2005) (Grifos nossos).

As matérias também destacam que os cursos ofertados visam o fortalecimento das atividades produtivas e formação sobre afrodescendência, cultura negra e direitos sociais. Esses temas causam outra ruptura que pode ser percebida no crescente e rápido processo de autoidentificação como quilombolas. O projeto Emater/FAO, elaborado em 2003, apresenta uma relação de 51 comunidades negras rurais quilombolas. Em 2005, o Projeto ATER no quilombo ampliou a assistência do Estado a mais de 100 comunidades quilombolas. Sobre o ATER no quilombo seu coordenador, Orlando Ferreira, o apresenta da seguinte forma:

Esse projeto pode ser considerado como um despertar, pois trabalhamos a questão da conscientização do povo negro, mostrando a eles a necessidade de se organizarem nas comunidades para reivindicar seus direitos e o acesso às políticas públicas. Acordá-los para a sua importância na História do País, assim como qualquer outra raça (DUARTE, 10-11-2005).

Essa fala disponível para sociedade alimenta a ideia do Governo como promotor e patrocinador da conscientização étnica dos cidadãos do Piauí. Todavia, uma crítica necessária a fonte (o conjunto de 6 matérias) é a previsibilidade das informações quando se verifica outros documentos produzidos naquele período pelo Governo do Estado. Devemos considerar que a sociedade não tinha acesso aos projetos originais elaborados pelos agentes do Estado. Então, as informações repassadas à população através das matérias são estruturadas por elementos narrativos capazes de provocar a sensação de notícia inédita e causar impacto positivo sobre os projetos do governo estadual. Um exemplo dessa narrativa de impacto aparece quando as matérias listam os produtos que os agentes do Emater estão capacitando os quilombolas para produzir: caprino e ovinocultura, galinha caipira, apicultura, horta orgânica, algodão e medicamentos caseiros. O que há de novo nesse contexto? O ineditismo está apenas no fato de que a

qualificação técnica poderá aumentar a produção para além do consumo interno das comunidades, pois os itens da lista são, tradicionalmente, produzidos nos quilombos.

As matérias não traduzem uma visão geral do processo em andamento nos espaços quilombolas e nem trazem questionamentos da jornalista que as produziu acerca da condução de programas do Estado. A historicização, as interrogações e interpretações dessas matérias fica a cargo de quem se debruça sobre esse material produzido. Aqui pontuamos essa produção não só pela forma orgânica que dá embasamento a sua produção, mas por entendermos que “o papel da mídia é o de selecionar concorrências e levá-las ao conhecimento do público. A mídia hierarquiza e atribui importância, valor ou pertinência a um acontecimento que ela torna público. Assim, um acontecimento público seria o resultado de uma construção da mídia” (ABREU, 1998, p. 60). Nesse caso emerge o papel do historiador e sua capacidade crítica de entender os mecanismos dessa construção midiática, fazendo os questionamentos corretos para abiscoitar respostas capazes de embasar a produção do conhecimento histórico.

Na fonte analisadas as ações junto aos quilombos são constantemente reforçadas pelos agentes do Estado. Na matéria com o título - Convênio beneficia comunidades quilombolas - o Diretor Geral do Emater, Adalberto Pereira, faz a seguinte afirmação:

Estamos desde o início do Governo trabalhando com essas comunidades. Em 2004, assistimos 20 comunidades em 8 municípios da região de Paulistana, através do projeto Emater/FAO (Órgão das Nações Unidas). Em 2005, estamos com o projeto ATER no quilombo atendendo a 100 comunidades da região de Picos/Paulistana. O objetivo é beneficiar com o projeto outras regiões do Estado até o final de 2006 (DUARTE, 23-08-2005).

Pela fala do diretor é possível visualizar uma prestação de contas dos anos iniciais do Governo e a projeção de continuação dos projetos no próximo ano. Ressalto que em nenhuma das matérias é citado textualmente o nome do Governador Wellington Dias. Todavia, todas as 6 matérias apresentam a fala de um quilombola ou de um representante do movimento negro.

Conclusão.

A fonte, por estar publicada em um site do Governo do Estado do Piauí, lida apressadamente, pode induzir a conclusão de uma narrativa apenas do ponto de vista de seus fomentadores. No entanto, no mesmo documento, é possível fazer uma apreciação tanto das falas dos agentes do governo como a dos quilombolas. Ambos

encontram espaço para mostrar à sociedade suas ações, documentam um momento de mudanças de paradigmas na relação entre Estado e grupos étnicos no Estado do Piauí. Além disso, através do texto das notícias, podemos entender como os envolvidos nos projetos, de 2003-2005, se comportaram para atender uma série de transformações no cenário político e na legislação brasileira naquele período.

As narrativas são alicerçadas em atividades que demonstram empenhos para mudar uma realidade de abandono e superar as mazelas causadas pela ausência de políticas públicas específicas para os quilombos. O Estado demonstra sua disposição para fazer parcerias com órgãos nacionais e internacionais e, dessa forma, atrair recursos financeiros para investir na qualificação e na qualidade de vida de seus cidadãos. Para o caso dos quilombolas a assistência técnica era necessária para qualificação e aperfeiçoamento técnico de atividades produtivas, concretizando objetivos, por exemplo, do Programa Fome Zero, criado pelo Governo Federal, em 2003.

O trabalho do historiador com fontes da imprensa não é uma novidade, mas ainda é desafiador dominar a dinâmica de uma linguagem que se coloca diariamente como inédita, mesmo documentando uma informação que em outros veículos se mostra em domínio público. O site do governo e as matérias apresentadas traziam informações debatidas em gabinetes e resultados desejados para projetos que tinham anuência do poder público e investimentos de capital nacional e internacional. Não eram temas ou questões novas, mas para a sociedade era preciso apresentar as ações do Estado como uma novidade catalizadora de aprovação e com capacidade de atrair atenção para os grupos étnicos.

Referências

ABREU, Alzira Alves de. *Acontecimento e mídia. Anais do Colóquio História e Imprensa*. Rio de Janeiro: UERJ/IFCH, 1998, p. 59-66.

CANDAU, Jöel. **Memória e identidade**. Trad. Maria Letícia Ferreira. São Paulo: Contexto: 2011.

MARTINS, Paulo Henrique Souza. *Trabalho rural, pós-abolição e memórias da liberdade no antigo município de Entre Rios, sertão do Ceará. Revista Historiar*. Sobral, v. 12, n. 22, p. 07-24, Jan./Jun. 2020. Disponível em: <https://historiar.uvanet.br/index.php/1/issue/view/30/19>. Acesso em: 13 jun. 2021.

POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da etnicidade**: seguido de Grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. tradução Elcio Fernandes. 2. ed. São Paulo: Ed. Unesp, 2011.

ROUSSO, Henry. *Sobre a História do Tempo Presente*: Entrevista com o historiador Henry Roussou. (Entrevista concedida a Sílvia Maria Fávero Arend e Fábio Macedo). **Tempo & Argumento**. Florianópolis, v.1, n.1, p. 201-216, jan/jun. 2009.

RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa**. Tomo I – A intriga e a narrativa histórica. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

RÜSEN, Jörn. *Narração histórica*: funções, tipos, razão. In: MALERBA, Jurandir (org.). **História e Narrativa**: a ciência e a arte da escrita histórica. Rio de Janeiro: Vozes, 2016, p. 45- 57.

SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL – SEPPPIR. **Programa Brasil Quilombola**. Brasília, 2004.

Adauto Neto Fonseca Duque

Universidade Estadual do Piauí (UESPI), Graduado em História (UFAM), Mestre em História Social (UFC), doutorando na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE).

Currículo Lattes:

<http://lattes.cnpq.br/8834584070595468>

Maria Alveni Barros Vieira

Universidade Federal do Piauí (UFPI), Graduada em Pedagogia (UECE), Mestra em Educação (UFPI), Doutora em Educação (UFRN).

Currículo Lattes:

<http://lattes.cnpq.br/8891802906555918>

Artigo recebido em: 27 de agosto de 2021.

Artigo aprovado em: 08 de outubro de 2021.